

## **A CRISE NA SÍRIA (2011-2013): UMA ANÁLISE MULTIFATORIAL**

Crisis in Syria (2011-2013): A Multifactorial Analysis

*Danny Zahreddine<sup>1</sup>*

Desde o dia 15 de março de 2011, após manifestações pacíficas da população síria, que protestavam contra o governo do presidente Bashar al Assad, que o país vivencia uma das crises mais violentas de sua história recente. A reivindicação de parcela da população por reformas constitucionais que favorecessem uma maior abertura política do país recebeu como resposta um sonoro não, que ao passar dos meses se transformou em uma guerra civil. O objetivo deste artigo é analisar a crise vivenciada pela Síria, na esteira da “Primavera Árabe”, evidenciando os seguintes aspectos: o fator multiconfessional presente no conflito, a relevância do equilíbrio de poder regional, bem como os aspectos que geraram o impasse mais intenso dos últimos anos entre Estados Unidos da América e a Federação Russa.

Os estudos sobre região nas Relações Internacionais ganharam proeminência após o fim da guerra fria, em função do término da polarização do Sistema Internacional em dois campos de força. O nível sistêmico, caracterizado por ser mais fechado (perspectiva estruturalista) e menos exposto a atores externos, limitou a compreensão de determinadas questões, enquanto o nível regional, por sua natureza mais aberta, favoreceu a observação de uma série de outros fenômenos, até então, não tratados pelo nível sistêmico (LAKE & MORGAN, 1997). Para abordar a questão proposta, a Escola Inglesa se apresenta como uma boa lente teórica. Os níveis de análise doméstico,

---

<sup>1</sup> Professor Dr. do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas (Graduação e Pós-graduação) Líder do Grupo de Estudos Oriente Médio e Magreb (GEOMM). E-mail: danny@pucminas.br

regional e sistêmico (BUZAN, 1998) serão essenciais para evidenciar a multidimensionalidade da questão Síria.

Desta forma, após uma breve contextualização histórica sobre a Síria, serão destacados aspectos dos setores político, societal e militar (BUZAN, 1998) dos níveis de análise apresentados anteriormente. Estas múltiplas dimensões do conflito podem ser delimitadas em três camadas principais: a primeira diz respeito ao Estado-nação, a segunda está ligada às forças regionais e a terceira às grandes potências mundiais.

### **Da “Grande Síria” à fundação da República da Síria**

A História da Síria está intimamente ligada aos processos de expansão de grandes civilizações antigas e das potências modernas. Devido à sua localização no mediterrâneo oriental, e em função da presença de grandes rios com terras agricultáveis, a posição geográfica da Síria foi um ponto importante para a conexão entre as potências ocidentais e seus domínios na Ásia.

O Império Romano utilizou dos Oásis de Palmira (Tadmur) para conectar suas rotas de comércio entre o Crescente Fértil e a Ásia Central. A batalha por Damasco, na Revolta Árabe de 1916 foi crucial para desarticular o já combalido Império Turco Otomano no Oriente Médio. A presença francesa pós Primeira Grande Guerra, garantiu a manutenção de minorias cristãs na região, que favoreceu enormemente os interesses da potência mandatária.

De maneira genérica, a ideia da “Grande Síria” foi resgatada no período do mandato francês da Síria e do Líbano (1920), após o fim da Primeira Grande Guerra. As reminiscências da presença Assíria na região reforçou o desejo do estabelecimento de uma “Grande Síria” que se estenderia desde os Montes Zagros (fronteira entre Iraque e Irã), até as margens do Mediterrâneo Oriental, ocupando basicamente o Crescente Fértil. Esta tese inclusive alimentou a ideia da criação de um grande Estado Árabe que pudesse agregar todo este território. Alguns partidos nacionalistas como o Partido Nacionalista Sírio, fundado em 1932, utilizarão esta tese para justificar a manutenção de uma “Grande Síria”, que deveria alcançar até a Península do Sinai. A unidade política deste Estado residiria não somente no aspecto linguístico e religioso, como no caso do

movimento arabista, mas também na “longa gênese histórica que tem seus fundamentos e sua zona de extensão ‘natural’ na antiga Assíria” (MASSOULIÉ, 1996, p. 39).

A revolta Árabe de 1916, liderada por Husseyn, Xerife de Meca, da família Hachemita, buscava a criação de um grande Estado Árabe, que se estenderia do Iraque ao Líbano, e da Península Arábica até a fronteira norte com a Turquia. O apoio dado aos Ingleses na Primeira Grande Guerra, com o intuito de expulsar as forças turcas da região, teria como objetivo a criação deste grande Estado Árabe. Porém, em função dos acordos secretos de *Sykes-Picot*, entre Reino Unido e França, a região se tornou uma zona de influência de britânicos e franceses. Com o fim da Revolta Árabe contra os turcos e o término da Primeira Grande Guerra, a promessa feita a Husseyn e a seus filhos pelos britânicos de criação de um “Estado Árabe” unificado não foi cumprida. Os franceses receberam da Liga das Nações, em 1920, o Mandato dos atuais Líbano e Síria, enquanto os britânicos se tornaram mandatários da Palestina, Iraque e Transjordânia.

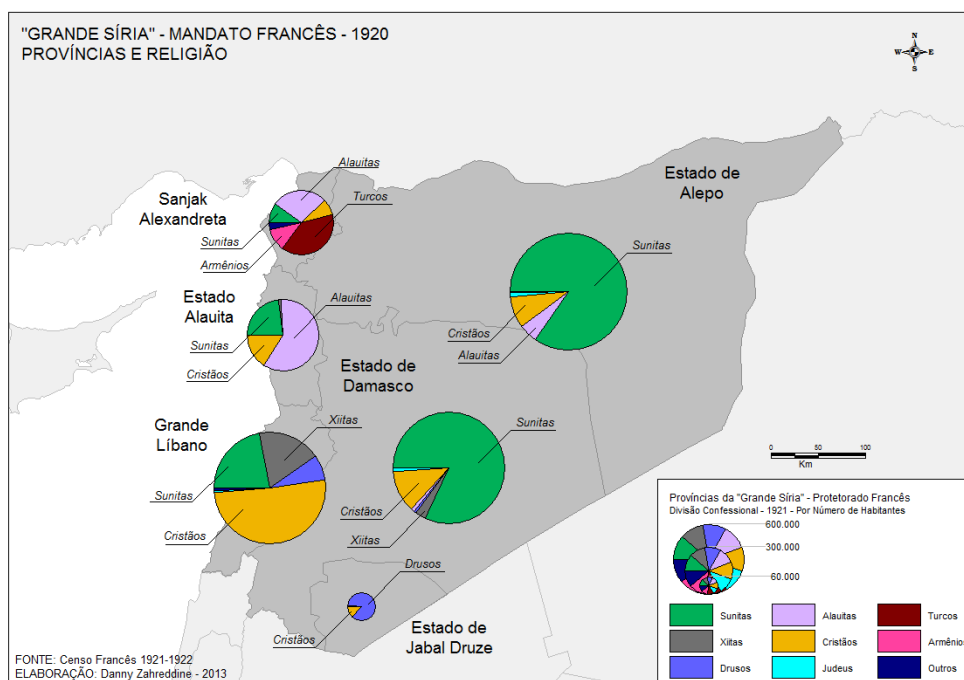
A “Grande Síria” do mandato francês, neste momento histórico, era formada pelos atuais Líbano, Síria e a província Turca de Hatay. É importante salientar que tanto o Líbano quanto a Síria são sociedades marcadas pela presença de minorias étnicas e religiosas importantes, sendo este um elemento fundamental para o entendimento dos problemas que a região vivenciará no início século XXI. Os franceses utilizaram da estratégia “dividir para governar” com o intuito de desarticular movimentos nacionalistas mais robustos que pudessem por em risco os projetos da potência mandatária.

Desta forma, em 1921, a França elaborou um censo demográfico da região, para dividir as terras sob seu controle, o que poderia ser o prelúdio da fragmentação futura do território em pequenas repúblicas. Enquanto os britânicos privilegiaram a criação de Monarquias Constitucionais sob suas possessões, os franceses preferiram a constituição de Repúblicas (CLEVELAND, 2009).

O Resultado do Censo Francês levou à criação de seis províncias na “Grande Síria”, onde o aspecto confessional seria central para a criação dos futuros “Estados”.

Seriam eles: o Estado de Aleppo, o Estado de Damasco, o Estado de *JabalDruze*<sup>2</sup>, o Estado Alauita<sup>3</sup>, a Província de Alexandreta (Hatay) e o “Grande Líbano”. Cada um destes Estados estaria sob o controle de uma elite confessional, tutelada pela França.

Este elemento confessional/étnico pode ser observado no desenho dos limites territoriais da Síria sob Mandato francês: duas províncias eram de maioria Sunita (Estado de Aleppo e Estado de Damasco), uma de maioria Drusa (Estado de *JabalDruze*), uma de maioria cristã (Grande Líbano<sup>4</sup>), um Estado de maioria Alauita (Estado Alauita) e uma província autônoma de maioria Turca (Sanjak – Alexandreta)(CLEVELAND, 2009).



<sup>2</sup> *JabalDruze* é uma transliteração do árabe que significa montanha Drusa, ou montanha dos Drusos. Esta minoria religiosa ocupou áreas montanhosas do Líbano e da Síria, em função das perseguições que sofreu de outras ramificações do Islã, semelhante ao caso dos Alauitas na Síria e dos Cristãos maronitas no Líbano, que também se caracterizaram por ocupar áreas montanhosas.

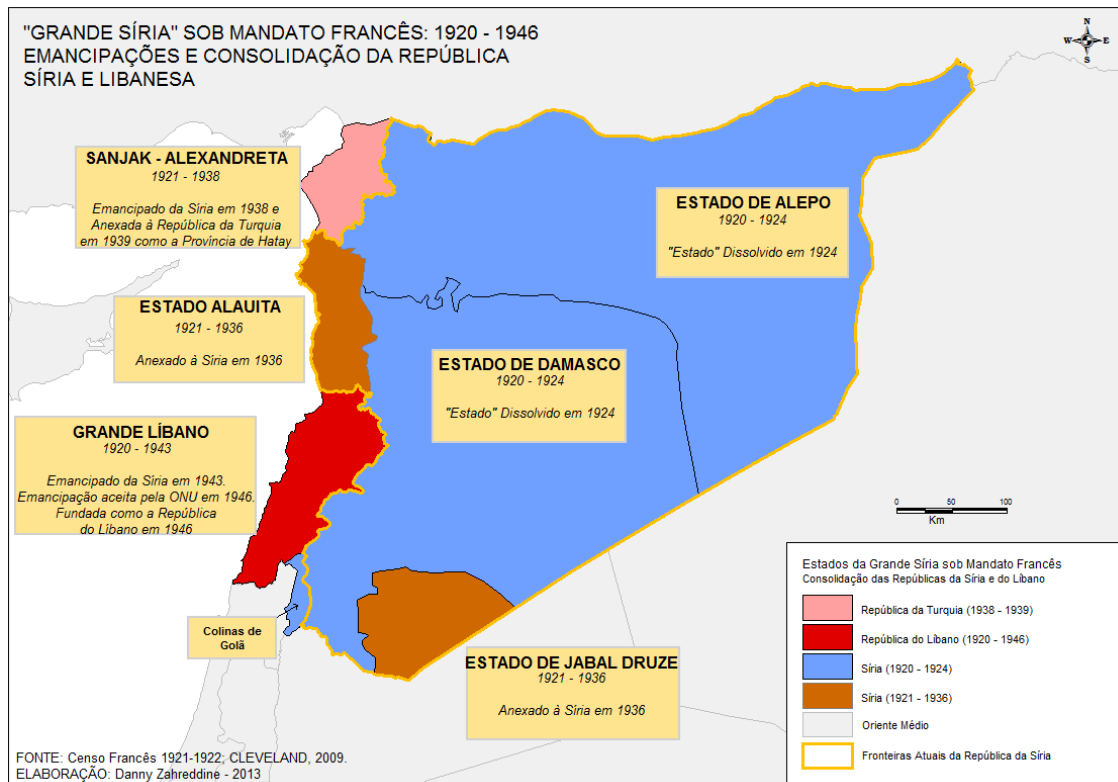
<sup>3</sup> Os Alauitas são uma minoria religiosa muçulmana, ligada ao ramo xiita, com forte devoção à Ali, genro e primo do Profeta Maomé, considerado pelos xiitas como o primeiro Califa *Rashidun*, ou, “O Bem Guiado” (SEDDON, 2004).

<sup>4</sup> O termo Grande Líbano foi cunhado em função da anexação de parte do território Sírio no período do Mandato Francês. O pequeno Líbano tinha como limite oriental o Monte Líbano. Com o Mandato Francês este limite se estendeu até a cordilheira do Antilíbano, englobando todo o Vale do Bekka. A porção sul e norte também foi estendida, integrando as cidades de Saída e Tiro ao sul, e Trípoli ao norte (CLEVELAND, 2009). Esta configuração territorial será a fronteira oficial da República do Líbano, formalmente reconhecida pelas Nações Unidas em 1946.

Já em 1921 eram evidentes os desdobramentos que a fragmentação territorial, marcada por limites étnico-religiosos, traria para a futura Síria. Em um primeiro momento, os franceses tentaram propiciar às lideranças sunitas urbanas mais espaço político, devido seu caráter moderado. Porém, o receio do fortalecimento dos sunitas na Síria, em detrimento das demais minorias (principalmente cristãs) e da presença francesa, levou à divisão da área de predominância sunita em duas províncias distintas (Alepo e Damasco).

Em resposta a esta tentativa de partilha da “Grande Síria”, uma revolta árabe teve início em 1925, no *JabalDruze*. Liderada pelo DrusoSultanalAtrach, esta revolta visava deter o processo de fragmentação do território árabe, com o intuito de reforçar o caráter anti-imperialista e pró-árabe daquele movimento (CLEVELAND, 2009). O principal objetivo da revolta era criar as condições para expulsar os franceses da Síria, bem como estabelecer um grande Estado Árabe. A revolta foi controlada em 1927, e vencida pelos franceses. Porém, esta ação inviabilizou o processo mais amplo de fragmentação da “Grande Síria” francesa, e permitiu a manutenção de um núcleo um pouco mais sólido para a futura República da Síria.

Do território inicial controlado pelos franceses, na Síria e no Líbano, os “Estados” de Damasco e de Alepo foram incorporados à administração francesa da Síria em uma única unidade em 1924. Posteriormente, em 1936, o “Estado” de *JabalDruze* e o “Estado” Alauita também foram anexados à Síria, diminuindo o caráter autônomo destes territórios. Já Sanjak/Alexandretase tornou independente em 1938 e foi anexada pelos turcos em 1939, tornando-se a província turca de Hatay. Já o “Grande Líbano” proclamou sua independência em 1943, sendo oficialmente reconhecida pelas Nações Unidas em 1946 como a República do Líbano.



A Síria também formalizou sua independência em 1946, mantendo uma maioria formada por muçulmanos sunitas (aproximadamente 70% da população) e por uma série de minorias importantes e geograficamente identificáveis, como os cristãos, alauitas, drusos e outros.

## A República da Síria

Desde sua independência, em 17 de abril de 1946, a história política da Síria foi marcada por eventos importantes. No âmbito local, a disputa de poder pelo controle do país gerou uma série de golpes e contra golpes até 1971. De 1946 a 1958 a República da Síria foi governada por dez presidentes. Nasser foi o presidente da República Árabe Unida (RAU), durante a existência desta, de 1958 a 1961, resultado da união entre Egito e Síria. Com o fim da RAU em 1961 o partido Baath Sírio teve papel fundamental para a transformação política da Síria, sendo que em 1963 efetivamente toma o poder no país, e em 1964 muda o nome do Estado para República Popular da Síria, reforçando o caráter Pan-arabista e socialista daquele Estado (MOUBAYED, 1996).

De 1961 a 1970 o país também sofre com os golpes militares, e sete presidentes ocuparam o cargo mais alto do executivo Sírio. Por fim, em 22 de fevereiro de 1971, o oficial da aeronáutica, com fortes laços com a União Soviética, Hafez al Assad, toma o poder por meio de outro golpe militar. Porém, ao contrário dos antecessores, consegue manter-se no poder até 10 de junho de 2000, ano de sua morte. A transição política de seu governo foi feita através de seu filho, Bashar al Assad, naquele mesmo ano, permanecendo no poder até os dias de hoje (2013).

Hafez al Assad era de uma família modesta e fazia parte de uma minoria religiosa na Síria, os Alauitas. Este caráter minoritário sempre esteve presente no seu governo, pois constantemente buscava formas de governabilidade que permitisse a ascensão socioeconômica e política de sua minoria (os alauitas), bem como dos cristãos e drusos, em detrimento da maioria sunita.

Este breve retrato das sucessões presidenciais na Síria revela a complexidade da composição política no país, sendo que, somente a partir de 1971 o presidente Hafez al Assad cria as condições para controlar mais firmemente as forças armadas e os principais grupos político-confessionais do país. A maior presença das minorias nas Forças Armadas, bem como em cargos políticos e na burocracia síria, criou um grupo altamente fiel ao presidente e à sua família, o que pode ser visto claramente na guerra civil iniciada em 2011.

Após a morte de Hafez al Assad, em 10 de junho de 2000, um Referendo popular foi feito para legitimar a condução de seu filho, Bashar al Assad ao poder, com apenas 34 anos de idade. Para isto, a própria constituição síria teve de ser alterada para diminuir a idade mínima aceita para ocupar o cargo de presidente. Bashar manteve suas alianças locais como no período de seu pai, calcado principalmente na força das alianças com as minorias. Em um primeiro momento, parecia que o novo presidente poderia trazer mudanças reais para o regime Sírio, em função de sua formação europeia (oftalmologista formado na Inglaterra) e por sua jovialidade. Algumas pequenas transformações foram percebidas nos primeiros anos, como maior acesso à informação (por meio da internet) e tentativas do presidente em retirar a Síria de seu forte isolamento político. Porém, observou-se que as forças políticas que sustentavam seu

governo não permitiram uma mudança mais profunda do *Modus operandi* do regime, mantendo os mesmos instrumentos de ação do período anterior.

### **O primeiro nível de análise – Da Política Doméstica.**

Neste primeiro nível de análise, fica claro a complexidade da sociedade Síria, marcada por uma diversidade étnica e religiosa. Em 2000, de acordo com Yzadi (2000), o grupo religioso predominante eram os Sunitas, com 68,4% da população, sendo os Alauitas o segundo maior grupo, com 11,3%, seguidos pelos Cristãos com 11,2%, os Drusos com 3,2% e os Xiitas com 3,2%. É importante destacar que esta sociedade também é caracterizada por minorias étnicas, como os curdos e armênios, que possuem um papel importante no país. Este quadro se torna ainda mais complexo em virtude do conflito palestino israelense, pois desde 1948 (Independência do Estado de Israel) o país tem recebido um alto fluxo de refugiados palestinos.

A busca por adequar as aspirações de todas estas comunidades é algo difícil, em função de características próprias da sociedade árabe, muito ligada aos laços familiares e clânicos, reforçados por princípios de mérito e honradez (HOURANI, 1994). Desta forma, as disputas entre as diversas comunidades são marcadas por rígidos códigos de comportamento, pautados no respeito às famílias e clãs. Na ausência de instituições nacionais capazes de mediar as relações de poder entre as comunidades, o papel das instituições primárias, como a religião e a família (BUZAN, 2004) se mostram primordiais para a manutenção da ordem no Estado. Mesmo o governo Sírio sendo laico, sua sociedade não é secular, e muito das contradições que podem ser encontradas entre a relação do governo com sua sociedade é fruto deste descompasso (SANTOS FILHO, 2013).

A Síria se manteve livre dos processos de fragmentação nos últimos 42 anos devido a duas razões principais: 1) a criação de um exército muito fiel ao seu presidente, e 2) pela utilização da violência para inibir qualquer perturbação da ordem pública, seja pelo uso das forças armadas ou das forças de segurança do Estado (serviço de inteligência).



Um exemplo da utilização da violência como instrumento para arrefecer movimentos políticos foi o massacre ocorrido em 1982, na cidade Hama. Com o intuito de encerrar uma disputa com a Irmandade Muçulmana Síria, o presidente Hafez al Assad ordenou o cerco e destruição da resistência islâmica que se encontrava na cidade. Ao final de 27 dias de cerco, o governo havia acabado com a revolta, deixando um saldo de 10.000 mortos<sup>5</sup> (SEDDON, 2004). Esta resposta do governo sírio foi responsável por desencorajar a maioria dos movimentos contrários ao seu governo até a morte do presidente Hafez al Assad, em 2000.

### **O Segundo Nível de Análise – O Contexto Regional**

A existência de relevantes forças regionais pode ser identificada ao longo da história do Oriente Médio. Os persas tiveram um papel de destaque, seja se contrapondo aos gregos, ou posteriormente, na era islâmica, se rivalizando com os sunitas, devido ao rompimento entre os descendentes do Profeta Maomé e os seguidores de Abu Bakr. Já o Império Turco Otomano controlou durante séculos a ordem regional, agregando em sua zona de controle os povos mais distintos, desde búlgaros, sérvios e gregos, até os árabes da mesopotâmia, do Crescente Fértil, da Península Arábica e do Magreb. No alvorecer do século XX, novos atores regionais surgirão, fruto do processo de descolonização.

Após a Primeira Grande Guerra, no prelúdio das independências tardias, algumas unidades políticas já davam sinal de seu protagonismo futuro, sendo que a busca por influenciar de maneira mais decisiva a região sempre foi um aspecto dos Reinos ou Repúblicas nascentes do Oriente Médio. É Neste contexto que a República da Turquia, o Reino da Arábia Saudita, a República do Egito e a República Islâmica do Irã surgirão como atores centrais das disputas regionais. Ocupando um segundo círculo de poder, Iraque<sup>6</sup>, Israel e Síria também desempenharão um papel relevante na condução das crises regionais.

---

<sup>5</sup> Algumas estimativas oscilam entre 10.000 e 40.000 mortos.

<sup>6</sup> Até o fim da Guerra Irã-Iraque, o Iraque era considerado uma das forças árabes mais emblemáticas do Oriente Médio. Com o desgaste propiciado pela guerra com o Irã, e a posterior invasão internacional promovida na Primeira Guerra do Golfo, o Iraque deixa de ser um ator central nas relações inter-árabes e no conflito Palestino Israelense.

O conflito interno vivenciado pela Síria, nos desdobramentos da “Primavera árabe”, revela a importância destes atores regionais, sendo que dentre as várias razões que levaram ao impasse vivido pelas forças do governo e da oposição síria, podem ser creditadas ao embate entre esses mesmos atores. Esta disputa entre potências emergentes, ou integrantes do grupo denominado “*Next Eleven*”<sup>7</sup> (SILVA, 2013), aprofunda a crise vivenciada pelo país árabe, e aumenta a intensidade dos confrontos.

Na Guerra Civil Síria, iniciada em 2011, fica evidente a disputa de dois atores regionais pela vitória no teatro de operações. Arábia Saudita e Irã, antagonistas conhecidos de muitos anos, reforçam suas oposições ao apoiarem claramente os lados envolvidos no impasse doméstico Sírio. A Arábia Saudita, responsável por uma agenda de ampliação<sup>8</sup> de sua presença em todo o Oriente Médio, seja por meio de seus petrodólares, ou pelo financiamento de *madrassas*<sup>9</sup> e fundações que reforcem o wahabismo na região, se contrapõe violentamente aos objetivos iranianos. A aliança entre Estados Unidos da América e Arábia Saudita, de caráter pró-ocidente e conservadora, se opõe à presença iraniana na Síria, que por sua vez, defende a expansão de seu modelo de regime islâmico e sua posição anti-imperialista e anti-estadunidense.

O Egito, importante ator regional, que durante a década de 1950 e 1960 transformou o equilíbrio de poder na região com o Pan-arabismo, mudou profundamente seu direcionamento político após a Guerra dos Seis dias e a Guerra do YonKippur, se preocupando mais com sua agenda doméstica em detrimento da liderança regional. Em função disto, o papel desempenhado pelo Egito na crise Síria é bem menos relevante. É importante destacar também que a “Revolução de Lotus” gerou grande instabilidade naquele país, o que dificilmente permitiria uma ação mais assertiva deste ator com relação ao conflito na Síria.

---

<sup>7</sup> “Estes países emergentes são conhecidos como “pequenos BRICS” ou “Next Eleven” (Egito, Indonésia, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Coreia do Sul, Turquia, Vietnã e Bangladesh) a partir da classificação do banco Goldman Sachs. Considerando sua população, crescimento do PIB e capacidade de modernização, há expectativa de uma presença cada vez maior destes países no cenário internacional” (SILVA, 2013, p. 3).

<sup>8</sup> Movimento ampliado após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos e após a crise financeira de 2008 naquele mesmo país.

<sup>9</sup> Escolas destinadas ao ensino religioso islâmico.

O que se percebe no embate entre governo sírio e oposição é o forte apoio iraniano ao governo sírio, com envio de material bélico e efetivo militar, enquanto o governo saudita envia dinheiro e armas à oposição, na tentativa de derrubar o governo. A disputa por esta zona de influência deixa transparecer também o embate xiismo (Irã) versus sunismo (Arábia Saudita), o que confere ao conflito ainda mais violência, em função de seu teor confessional.

Porém, tais potências regionais mantêm alianças com outros atores do Oriente Médio, o que polariza ainda mais o conflito, e gera um *Spillover* da violência e da Instabilidade regional. A Arábia Saudita potencializa a força de sua atuação a partir das alianças com os países do golfo Pérsico (Conselho de Cooperação do Golfo) e Egito (após a queda do presidente Mohamed Morsi). Enquanto o Irã reforça suas bases com o apoio do Grupo Libanês *Hizballah*.

Além destes atores, Israel e Turquia também atuam ativamente nos bastidores do conflito. A Turquia pressiona pela retirada do governo Sírio, e representa o poder da OTAN na fronteira norte daquele país, enquanto Israel, por meio do apoio estadunidense, utiliza da situação para criticar e ameaçar o Irã e seu programa nuclear. Todos estes elementos reforçam ainda mais o impasse na resolução do conflito, pois a disputa não se resolverá somente na arena doméstica, mas sim, em sintonia com as disputas regionais e mundiais.

### **O Terceiro Nível de Análise – Das Grandes Potências.**

Durante o Século XIX, o Império Turco Otomano tentava a todo custo manter suas possessões na Europa e no Oriente Médio. O grande império que já havia conquistado terras da Índia às Portas de Viena agonizava lentamente no decorrer do século XIX. Ao final da Primeira Grande Guerra, outras potências disputavam o controle do Oriente Médio, notadamente Reino Unido e França, vencedoras guerra. Mesmo com a ascensão Estadunidense, seu isolacionismo não permitiu uma política mais incisiva na região, o que ocorrerá somente após a Segunda Grande Guerra. A Rússia Czarista também mantinha influência sobre a Pérsia, mas com a Revolução

Socialista de 1917, não interferiu na partilha das zonas de influência entre Reino Unido e França.

Com a Segunda Grande Guerra, e principalmente após a crise do Canal de Suez, em 1956, dois novos atores irão polarizar as disputas na região, os Estados Unidos da América e a União Soviética. Esta polarização é um reflexo da própria ordem mundial inaugurada em 1947, que também terá seus efeitos no Oriente Médio.

A Síria, principalmente a partir do governo de Hafez al Assad (1971), manterá uma estreita relação com a União Soviética, em função da própria ideologia do partido Baath (Socialismo Árabe), como também pelas relações pessoais que o presidente sírio manteve com aquele país. É importante destacar que o Presidente Hafez al Assad morou vários anos na União Soviética, como parte de sua formação militar e ideológica, o que também influenciará nas relações entre os dois países.

Estas boas relações permitiram um aumento do comércio, de alianças estratégicas militares, da importação de equipamento militar soviético, bem como do apoio político da União Soviética em caso de crises severas, como por exemplo, na Guerra do YonKippur em 1973. Por outro lado, a União Soviética obteve acesso ao mediterrâneo oriental a partir do Porto de Tartus, e mantinha uma importante zona de influência na região.

Ao mesmo tempo, Os Estados Unidos reforçaram sua aliança estratégica com Israel, funcionando como cabeça de ponte estadunidense na região e com o Iraque na década de 1970, para se contrapor à revolução iraniana. Já na década de 1990, em virtude da Primeira Guerra do Golfo, firmou alianças importantes junto ao governo saudita, kuaitiano e dos emirados do Golfo Pérsico.

Com o fim da Guerra Fria, e a decadência da Rússia como herdeira do Império Soviético (ao menos naquele momento), os Estados Unidos reforçaram sua presença na região, diminuindo paulatinamente as zonas de influência da Federação Russa. Os ataques de 11 de setembro aumentaram ainda mais a presença militar estadunidense no Oriente Médio, em virtude da invasão do Afeganistão e da Segunda Guerra do Golfo contra o Iraque. A pressão sobre os principais antagonistas regionais eram evidentes, dentre eles o Irã, a Síria e o *Hizballah* no Líbano. Mesmo com todos os custos que as

intervenções militares impuseram ao governo de George W. Bush, a sua presença naquela área não sofria contestação clara por parte de outra potencia mundial, mas sim, de grupos armados transnacionais.

O caso Sírio é importante, pois desde o fim da Guerra Fria, não se via uma disputa tão acirrada entre os Estados Unidos da América e a Federação Russa, em função da guerra civil naquele país. Em virtude da defesa que os russos fazem da Síria, ameaçando vetar resoluções no Conselho de Segurança, ou mesmo afirmando que um ataque estadunidense sem uma Resolução das Nações Unidas poderia suscitar um apoio mais evidente por parte dos russos, que se percebe a importância desta disputa para o equilíbrio de poder regional e mundial. O que está em jogo não é simplesmente a deposição ou não de um ditador de seu posto, mas sim, compreender os prováveis resultados desta barganha política para o equilíbrio de forças nos três níveis de análise tratados neste artigo.

### **O medo de se abrir a “Caixa de Pandora”**

Em agosto de 2013 as Nações Unidas declararam que existiam mais de 100.000 mortos no conflito interno da Síria (NAÇÕES UNIDAS, 2013) e que o número de refugiados havia ultrapassado 6,25 milhões, sendo que 4,25 milhões eram deslocados internos e 2 milhões de refugiados distribuídos pelos países vizinhos, notadamente no Líbano, Turquia, Jordânia, Egito e Magreb (Nações Unidas 2013).

A condição humanitária nas grandes cidades e vilas em agosto de 2013 era gravíssima<sup>10</sup>, e a utilização de armas químicas (gás Sarin<sup>11</sup>) contra a população civil aprofundou ainda mais a pressão internacional contra o governo sírio. Como se não bastasse, os distúrbios internos no Líbano vêm se avolumando em função da polarização política do país, entre favoráveis e contrários ao atual governo Sírio.

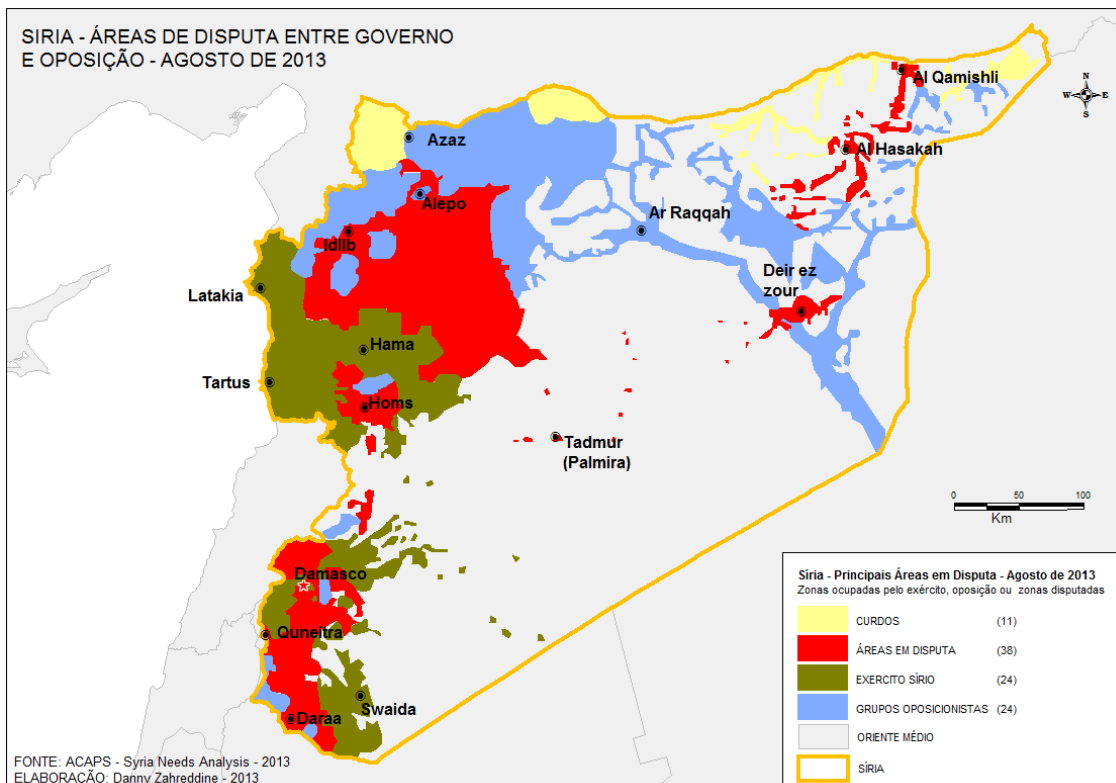
---

<sup>10</sup> Excetuando Damasco e as regiões com forte presença das Forças Armadas, como as Províncias de Tartus, Latákia e Swaida. Estas regiões são caracterizadas por serem habitadas pelas minorias Alauitas, Drusas e Cristãs que apoiam o governo.

<sup>11</sup> Inspectores da ONU que visitaram a Periferia de Damasco, no bairro de Jobar, confirmaram o uso de armas químicas contra civis no dia 21 de agosto de 2013, mas não indicaram os responsáveis pelo ataque (NAÇÕES UNIDAS, 2013).

Outro ponto de difícil controle é a multiplicação de grupos que integram as forças opositoristas na Síria, sendo que parte destes contingentes é formada por estrangeiros que possuem ligações com grupos terroristas, como a Al Qaeda. Enfrentamentos entre grupos rebeldes já ocorrem no norte do país, o que revela a dificuldade da oposição em se organizar de maneira sólida.

A divisão geográfica criada pelo conflito é notória. As regiões historicamente divididas para os sunitas, nos antigos “Estados” de Aleppo e Damasco representam os principais redutos da oposição (excetuando a capital Damasco e as disputadas cidades de Homs e Hama), sendo que as regiões com a maior presença das forças armadas sírias são aquelas ligadas às minorias, como o antigo “Estado Alauita”(em Tartus e Latakia), no *JabalDruze* (em Swaida e adjacências), em Damasco e em posições importantes com presença de minorias cristãs.



Para além de todos os aspectos geopolíticos e econômicos envolvidos no conflito, a tarefa mais árdua dos tomadores de decisão é avaliar as prováveis consequências da deposição ou não do presidente Bashar al Assad. Qual seria a relação

de um novo governo sunita frente às minorias alauitas, cristãs, drusas e curdas? Um provável governo sunita teria ligações mais fortes com o ocidente ou com um viés mais radical, em virtude dos grupos que formam a atual coalizão contra o presidente Bashar al Assad? Quais impactos a região sofreria com o fortalecimento saudita ou iraniano? E por último, o que significaria para a ordem regional e mundial a perda da influência russa sob a Síria?

O impasse na resolução do dilema sírio é fruto desta multidimensionalidade do conflito. A retroalimentação das forças governamentais e opositoras por seus respectivos aliados sejam eles domésticos, regionais ou potências mundiais, não permite o fim das hostilidades. Ambas as partes não alcançam o poder necessária para fazer com que a outra cedea, gerando assim a estagnação do conflito, a manutenção da violência e o aumento da morte de civis. Além disto, aspectos religiosos, históricos e geográficos dificultam a solução do contencioso.

Para além do sofrimento sentido pela população civil, bem como a destruição de seu patrimônio público e histórico, a incapacidade dos principais atores envolvidos no contencioso de atuar firmemente na busca de uma solução definitiva, é fruto do medo da abertura da “caixa de Pandora<sup>12</sup>”, o que pode ampliar e aprofundar o conflito. Neste caso, a preocupação das grandes potências envolvidas reside no medo de um novo governo sírio que não possa ser controlado por nenhuma delas. Isto decorreria do grande espectro de forças que fazem parte da oposição, formada tanto por partidos moderados como por partidos radicais. A exemplo do que aconteceu com a sociedade afegã e iraquiana após intervenções externas em pleno século XXI, o caso sírio pode apresentar características mais violentas, em razão da presença de forças transnacionais com projetos muito distintos, o que torna a conciliação entre as partes um desafio difícil de ser transposto.

---

<sup>12</sup> O Termo “Caixa de Pandora” têm origem na mitologia Grega. De acordo com o mito, a primeira mulher criada por Zeus, Pandora, recebeu uma caixa que continha todos os males da humanidade. Devido à sua curiosidade, Pandora abre a caixa, e sem se dar conta, permite que quase todos os males invadam o mundo. Assustada, Pandora fecha a caixa, e evita que o último dos males escape, aquele que destruiria a esperança.

## REFERÊNCIAS

BUZAN, Barry. **From international to world society?: English school theory and the social structure of globalization**. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 2004.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East**. Philadelphia: West View Press, 2009.

FROMKIN, David. **Paz e Guerra no Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008.

HOURANI, Albert Habib. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LAKE, David; MORGAN, Patrick. **Regional orders: Building security in a new world**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1997.

MASSOULIÉ, François. **Os Conflitos do Oriente Médio**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MOUBAYED, Sami. **Stell & Silk: men and woman who shaped Syria 1900 – 2000**. Cune Press: Seattle, 2006.

NAÇÕES UNIDAS. **Conflito na Síria**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/siria/>>. Acesso em: 24 de setembro de 2013.

SANTOS FILHO, Onofre dos. **Os movimentos contestatórios no Oriente Médio e no Norte da África: a Tunísia é a solução?**. Estudos Internacionais: revista de relações internacionais, Belo Horizonte, MG, v.1, n.1, p.37-58, Obs. online, jan. 2013.

SEALE, Patrick. **Assad: The struggle for the Middle east**. Berkeley: University of California Press, 1989.

SEDDON, David. **A Political and Economic Dictionary of the Middle East**. New York: Taylor & Francis Group, 2004.

SILVA, André Luiz Reis da. **A atuação dos países emergentes na Assembleia Geral da ONU: as convergências da política externa brasileira com o Grupo Next Eleven (2000-2010)**. In: 4º Encontro Nacional da ABRI, 2013, Belo Horizonte. ANAIS ELETRÔNICOS. Belo Horizonte: ABRI, 2013.



TAYLOR, Alan R. **The Arab Balance of Power (Contemporary Issues in the Middle East)**. Syracuse: Syracuse University Press, 1982.

YZADI, Michael. **Syria Religious Composition**. Disponível em: <[http://gulf2000.columbia.edu/images/maps/Syria\\_Religion\\_Detailed\\_lg.png](http://gulf2000.columbia.edu/images/maps/Syria_Religion_Detailed_lg.png)>. Acesso em: 24 de setembro de 2013.

ZAHREDDINE, Danny; LASMAR, Jorge Mascarenhas; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **O Oriente Médio**. Curitiba: Editora Juruá, 2011.

*Artigo recebido dia 07 de outubro de 2013. Aprovado em 20 de outubro de 2013.*

## **RESUMO**

Após mais de dois anos do início da revolta Síria, o embate entre governo e oposição continua intenso. A dificuldade de se quebrar o impasse entre os atores envolvidos reside na complexa rede de alianças e interesses que cercam a Síria. Este artigo abordará a crise síria em seu aspecto multidimensional, reforçando o papel das questões confessionais, históricas e geográficas do conflito. Para isto, será necessário um olhar em três níveis de análise: o doméstico, o regional e o sistêmico.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Síria; Oriente Médio; Conflito; Guerra Civil; Níveis de Análise.

## **ABSTRACT**

After more than two years since the beginning of the Syrian uprising, the clash between government and opposition remains intense. The difficulty of breaking the impasse between the actors involved is the complex network of alliances and interests surrounding Syria. This article will address the Syrian crisis in its multidimensional aspect, reinforcing the role of religious, historic and geographic issues of the conflict. For this, it is needed a view of three levels of analysis: domestic, regional and systemic.

## **KEYWORDS**

Syria; Middle East; Conflict; Civil War; Analysis Levels